

Nota da Editora

Dados e mais dados para “não deixar ninguém para trás”

Nos últimos anos ocorreram muitos eventos relacionados com a revisão e avaliação do último ciclo de implantação das conferências sociais e ambientais da Organização das Nações Unidas. A revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sem dúvida, foi de amplo interesse para governos, organizações e sociedade civil, pois envolve temas de várias agendas (População e Desenvolvimento, Status da Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Direitos Humanos, entre outros), ainda que de forma mais ou menos abrangente em cada assunto. Na avaliação dos resultados dos ODMs verificou-se que o acompanhamento planejado e o monitoramento dos indicadores mostraram-se como partes cruciais do processo, inclusive propondo avanços nos procedimentos seguidos. Diante dessa constatação, nas discussões sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a definição dos indicadores para o monitoramento dos objetivos, bem como os dados necessários para sua estimação, tem se tornado o centro das atenções.

A discussão tomou tamanho vulto que, paralelamente ao enorme trabalho de definição dos indicadores, o secretário geral das Nações Unidas instituiu um grupo consultivo de peritos independentes, denominado Grupo da Revolução de Dados (*Data Revolution Group*), com o objetivo de recomendar as ações necessárias para a produção de dados para o monitoramento do desenvolvimento sustentável. As discussões sobre a produção de dados melhores e mais adequados, para o seguimento dos objetivos e metas acordados, foram além deste grupo e todos têm chamado a atenção para a necessidade de melhorar a qualidade dos censos, das pesquisas amostrais e dos registros administrativos, principalmente de eventos vitais, inclusive utilizando dados produzidos pelas novas tecnologias digitais (*Big Data*) – estes últimos, aliás, têm saltado aos olhos de alguns menos avisados, como a solução “fácil” para o futuro das estatísticas públicas e oficiais. A discussão tem sido tão ampla que o primeiro Fórum Mundial de Dados está sendo organizado para ocorrer em 2017.

Além de executar as ações propostas na agenda dos ODS e ter que produzir todos os dados para monitorar as metas, os países, seguindo a liderança das Nações Unidas, assumiram o compromisso de “não deixar ninguém para trás” (*leaving no one behind*) na busca do desenvolvimento sustentável. Isso significa que todos os segmentos populacionais,

sujeitos de direito, devem ter seus problemas identificados, endereçados e, possivelmente, resolvidos ou pelo menos mitigados até 2030. Nesse sentido, uma das metas definidas é a de que os indicadores devem ter recortes por diversos segmentos populacionais, muito além daqueles acordados para os ODMs (idade e sexo). Assim, até 2030, os indicadores propostos deverão incluir, além dos recortes de sexo e idade, localização geográfica, raça/etnia e deficiências, entre outros relevantes para os contextos nacionais. Esse assunto envolve tantos problemas metodológicos que um grupo especial, somente para discutir a desagregação dos dados, foi instituído mesmo antes de o acordo sobre os indicadores ter sido alcançado pelos países, que ainda discutem quais dados e metodologias devem utilizar para mais de 40% dos indicadores propostos até o momento.

Parte do grande desafio está vinculada à necessidade de seguimento em curtos períodos de tempo e ao tamanho dos levantamentos (pesquisas amostrais) que permitam desagregações para pequenos grupos populacionais, ainda com tantos recortes sugeridos. Assim, os censos que ocorrem com longos intervalos de tempo ou pesquisas domiciliares, com abrangência nacional, realizadas com pequenas amostras, na forma como são produzidas, não constituem a solução para o monitoramento dos ODS. Por outro lado, os registros administrativos, que seriam a resolução mais adequada, nem sempre fornecem os dados adequados e, na maioria das vezes, têm cobertura diferencial e com muito sub-registro nos países em desenvolvimento. Nesse cenário, não é de se estranhar que o uso de *Big Data* tem tomado um alarmante destaque como a grande solução.

Entretanto, “não deixar ninguém para trás” não será tarefa fácil, como pode ser atestado pelo desafio colocado no Dossiê desta edição. Parte central da proposta foi analisar os dados do Censo Demográfico brasileiro para conhecer melhor as características das populações indígenas, que representam menos de 1% da população brasileira, com 817.963 mil pessoas autodeclaradas indígenas em 2010 e vivendo em uma vasta área no país, incluindo áreas urbanas. O outro grande desafio é que este grupo populacional, ainda que se reconheçam suas raízes históricas como indígenas brasileiros, além de ser numericamente reduzido em função dos rumos da própria história, apresenta enorme diversidade étnica.

Por esses motivos e estimulados pelas iniciativas recentes na América Latina, principalmente no âmbito do Mercosul, para dar maior visibilidade a esta população, duas grandes inovações foram implementadas no Censo Demográfico de 2010 no Brasil. A primeira refere-se à pergunta sobre raça/cor, que passou do questionário da amostra (que variou de 5% a 50% em 2010) para o do universo, permitindo contabilizar de fato, sem erros amostrais (apesar dos erros não amostrais), a população indígena que tinha saltado de 294 mil em 1991 para 734 mil em 2000. A segunda grande inovação foi introduzir no questionário a informação sobre identificação étnica e língua falada nas áreas com Terras Indígenas reconhecidas, possibilitando conhecer grande parte da diversidade existente neste grupo populacional.

Apesar do avanço na direção de buscar melhores informações para “não deixar ninguém para trás”, ainda que seja para um grupo populacional, estamos longe de conseguir

analisar adequadamente toda informação coletada sobre a população indígena brasileira, devido, por um lado, aos problemas estatísticos impostos pelos dados e, por outro, às dificuldades metodológicas e, talvez, à pouca capacitação que ainda temos para analisar os dados coletados. O lado bom desses problemas é que são passíveis de solução, mas demandam discussão, planejamento e muito esforço conjunto.

A decisão de incluir a informação sobre etnia ou pertencimento a Terras Indígenas no universo do Censo Demográfico, que tem um número restrito de perguntas, implica limitações para analisar esta informação em conjunto com toda a riqueza dos dados do questionário da amostra sobre mercado de trabalho, educação, migração, mortalidade, fecundidade, nupcialidade, entre outros. Isso ocorreu por necessidade de manter o sigilo das informações, que é um dos fundamentos essenciais que se deve garantir em coleta de dados, bem como pelos limites estatísticos, por se tratar de pequenas populações em pesquisas amostrais, que necessitariam de amostras enormes para garantir um mínimo de confiabilidade. Assim, os dados foram coletados e divulgados de maneira que, por um lado, conhecemos a diversidade étnica das populações indígenas, mas, por outro, esta diversidade não pode ser usada para analisar a grande maioria das informações do Censo. Como conhecer então a dinâmica demográfica das mais de 300 etnias identificadas no país afora? Como calcular com alguma certeza as taxas de mortalidade, fecundidade, migração e o comportamento dos arranjos domésticos dos indígenas, entre outros temas possíveis a partir dos dados censitários da amostra?

Tais perguntas são de difíceis respostas e nos trazem mais indagações. Será que a solução está em realizar um censo completo (incluindo universo e amostra) para as populações indígenas? Ou devemos coletar informações adequadas em registros administrativos, que permitam ligação de todos os dados ao longo do tempo? Ou ainda captar nos censos dados amplos e detalhar as análises a partir de pesquisas amostrais específicas? Ou devemos levantar informações a partir das tecnologias digitais que estão em uso pelos indígenas? Para todas estas perguntas podemos encontrar várias respostas porque não e porque sim. Mas, somente para dar um exemplo, se optarmos pela primeira solução e realizarmos censos demográficos indígenas, não deveríamos fazer para todos os demais grupos populacionais, como os quilombolas, para não deixar ninguém para trás? Ainda que tivéssemos todos os recursos financeiros e humanos para fazer estes censos, a população não ficaria sobrecarregada com a multiplicação de pesquisas? Com que periodicidade precisaríamos realizar estes censos para acompanhar mudanças no comportamento destas populações? Com certeza, a resposta mais correta é que nenhuma dessas possíveis soluções resolve todos os problemas e para todos os grupos populacionais. O que e como coletar os dados precisa de ampla e qualificada discussão.

Com relação aos problemas metodológicos, principalmente as técnicas e ferramentas demográficas para análise adequada dos dados coletados para pequenas populações, é necessário ampliar os horizontes, buscando indicadores mais simples, ainda que somente sejam aproximações, mas também investindo em métodos estatísticos que permitam

mensurar melhor as variabilidades impostas pelos pequenos domínios. É necessário o trabalho conjunto de especialistas da demografia e da estatística, bem como a aproximação de especialistas de outras áreas, no caso dos indígenas, principalmente entre demógrafos, antropólogos e sociólogos. No entanto, precisa ser uma aproximação em que todos “aprendam” uma linguagem comum e exerçam a interdisciplinaridade, para não se correr o risco de ter projetos e trabalhos multidisciplinares que em um mesmo artigo os autores não “falem” entre si.

Podemos perceber que todas estas inquietações, perguntas e problemas de integração estão presentes, em maior ou menor grau, nas preocupações dos autores dos textos produzidos para o Dossiê apresentado nesta edição da revista. O fato é que todos estes e muitos outros temas devem ser discutidos entre os produtores e usuários de dados e por grupos representativos da sociedade civil, que podem trazer diferentes olhares para tais questões. Toda esta discussão precisa estar inserida no Sistema Estatístico Nacional e ter ampla participação de todos os produtores e usuários das informações. Sem esse passo fundamental, será impossível avançar no diagnóstico, desenho e implementação de políticas públicas que tenham como propósito melhorar as condições de vida de todos e, ainda mais, será impossível seguir adiante sem deixar ninguém para trás como pretendido na Agenda 2030.

Segundo tempo: contribuições desta edição

Desde sua criação, em poucos momentos a *Rebep* trouxe edições em forma de dossiê ou número temático. Existem, por exemplo, uma edição de 1997 com um dossiê sobre Demografia Histórica e um número temático especial dedicado ao tema juventude. Por trabalhar com fluxo contínuo e por ser tão amplo o escopo da demografia, faz realmente sentido não planejar as edições em formato temático – seja a edição inteira ou parte dela dedicada ao tema –, em convocatórias especiais. Em 2014, no entanto, vários associados, principalmente a partir dos Grupos de Trabalho (GT), apresentaram propostas de números temáticos ou dossiês para avaliação do Comitê Editorial. Com a passagem da revista para periodicidade quadrimestral, como já relatado em momentos anteriores, foi possível avaliar as propostas e tivemos a aprovação de dois números temáticos e dois dossiês. Apesar da introdução deste formato por convocatória temática, o formato principal da *Rebep* é o recebimento por fluxo contínuo e com avaliação criteriosa por pares no sistema duplo-cego, em qualquer modalidade de recebimento, ficando o resultado final da edição sujeito à quantidade e qualidade dos trabalhos recebidos. Esta experiência ainda está em andamento e precisará ser avaliada e pensada como prática da revista, o que, por certo, acrescenta trabalho ao corpo editorial e necessita de ampla coordenação, mas traz benefícios para algumas temáticas, às vezes pouco tratadas nos artigos publicados.

Esta edição traz três artigos avaliados em fluxo contínuo e cinco textos no Dossiê intitulado “Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas”, que

é o resultado da chamada do número temático “Demografia, saúde e condições de vida dos povos indígenas: perspectivas contemporâneas”, realizada com a colaboração do GT de Demografia dos Povos Indígenas da Abep. Além disso, são apresentados uma nota de pesquisa, dois pontos de vista e duas resenhas, todos abordando o tema populações indígenas.

Os três primeiros artigos atestam a diversidade temática publicada na Rebec e sua vinculação direta com as políticas públicas. O texto de **Marcelo Gomes Ribeiro** busca entender onde a diminuição da desigualdade de rendimento se deu entre 2000 e 2010 no Brasil e como esta impactou a estrutura sócio-ocupacional do país. Partindo do pressuposto de que as tendências foram diferenciadas nas áreas metropolitanas e não metropolitanas, o autor mostra que a redução da desigualdade de renda ocorreu com maior ênfase para a população residente em municípios não metropolitanos e, ainda, com maior destaque para aqueles de menor porte populacional. No entanto, segundo o autor, as metrópoles ainda são os espaços de maior centralidade, onde a população apresenta a maior média de rendimentos e, com isso, sua estrutura sócio-ocupacional mais rígida não sofreu grandes alterações no período.

Também fazendo uma análise por municípios, o artigo de **Ansu Mancal** e colegas tem a preocupação com a população que reside em locais que sofrem com as grandes secas. Além da importância devido ao amplamente reconhecido problema das secas do semiárido nordestino, o artigo ganha relevância no contexto de mudanças climáticas, em que neste início de século XXI já se registraram as 15 maiores temperaturas médias anuais no mundo nos últimos dois séculos. A partir de um levantamento de dados com especialistas, realizado na região, os autores concluem que a capacidade adaptativa dessa população aos períodos de seca depende muito do capital social, que é bastante baixo na região. Assim, os autores sugerem que as ações postas em prática para viabilizar o desenvolvimento local requerem medidas educativas e de capacitação da população para que tenham efeitos positivos.

O artigo de **Walcir Soares da Silva Junior** e **Flávio de Oliveira Gonçalves** traz o tema sobre os retornos da educação infantil no aprendizado posterior dos alunos no ensino fundamental. Em um momento em que o país passa por uma discussão importante sobre a reforma da educação, a contribuição dos autores é de extrema relevância para o debate nacional. Apesar dos conhecidos problemas metodológicos em avaliações e análises de resultados (ou impactos) de ações e de políticas públicas, o uso do método estatístico de pareamento nos escores de propensão (*propensity score matching*) tem mostrado resultados importantes, ainda que devam ser analisados com todo o cuidado e cientes de suas limitações. Os autores empregam este método para investigar se os resultados dos testes de proficiência em matemática e português no ensino médio têm efeitos relacionados com a iniciação escolar anterior das crianças no período da infância (4 a 6 anos de idade), colocando ênfase no ensino público. Ainda que não sejam efeitos tão grandes, os autores mostram que ter iniciado a escola antes dos seis anos de idade, na creche ou na pré-escola, tem efeito positivo nas notas obtidas em português e matemática, em comparação com crianças que não começaram os estudos na primeira infância.

A interlocução entre a demografia e a antropologia ganhou espaço nos artigos aprovados para o Dossiê. No primeiro artigo, de autoria de **Alessandra Traldi** e **Ricardo de Sampaio Dagnino**, é analisado o tema da dinâmica dos movimentos migratórios nas populações indígenas que passaram a residir em áreas urbanas, focando o estudo no município de Altamira, no Pará. Os autores analisam as influências da construção de Belo Monte neste processo de mudança e adaptação, mostrando uma recuperação populacional das etnias Juruna, Kuruaya e Xipaya, que passavam anteriormente por momentos de diminuição populacional.

Uma análise dos Xavante, uma das maiores etnias indígenas brasileira, conhecida pelos inúmeros estudos realizados, é tema do artigo de **Luciene Guimarães de Souza** e **colegas**. Diante das dúvidas sobre a captação correta dos indígenas nos censos demográficos, utilizando os dados do universo, as autoras apresentam um exercício de comparação dos dados populacionais dessa etnia coletados no Censo Demográfico de 2010 com aqueles produzidos no sistema de saúde, concluindo que os totais populacionais parecem ter sido bem captados. Adicionalmente, as autoras traçam um breve perfil da população, possível de ser realizado com os dados do universo, incluindo localização geográfica, língua falada no domicílio, rendimento domiciliar e alfabetização.

O povo Enawene-Nawe, que apresenta uma população de 610 indivíduos que vivem em uma Terra Indígena a oeste do Estado de Mato Grosso, e sua forma de organização matrimonial são objeto de estudo de **Marcio Silva**. Em uma linguagem distinta daquela usada comumente na demografia, o autor busca um diálogo entre a demografia e a antropologia, para fazer uma análise das redes de parentesco deste povo. Em primeiro lugar mostra como a manutenção de alta fecundidade e a queda da mortalidade infantil permitiram o alto crescimento desta população, que triplicou em tamanho desde 1991, mas continua a viver em uma mesma aldeia. Fazendo uma análise antropológica dos anéis matrimoniais, para entender como as redes de parentesco são formadas, ao final o autor lança um desafio de interlocução entre o que chama de “demografia de sociedades de pequena escala e a antropologia do parentesco”, para responder ainda muitas questões em aberto sobre o povo Enawene-Nawe.

De uma perspectiva totalmente distinta da anterior e restrita às limitações dos dados censitários sobre populações indígenas, como mencionado no início deste editorial, **Luciene Longo**, **Luciane Ouriques Ferreira** e **Marta Azevedo** apresentam um exercício para uma possível comparação entre comportamentos de nupcialidade dos povos indígenas e não indígenas, com o olhar da demografia e buscando uma interlocução com a antropologia. As possibilidades de análise devem ser realizadas com cuidado, devido à inadequabilidade dos dados disponíveis, mas é importante tentar traçar o perfil da nupcialidade para toda a população de maneira comparativa, ainda que sejam povos com culturas tão diversas. As autoras mostram que a idade à união é bem menor para mulheres e homens indígenas do que para os não indígenas e que aqueles se unem muito mais entre os também declarados indígenas do que a população que se declara branca, preta ou parda. Ou seja,

os dados de nupcialidade do censo indicam que a miscigenação parece ser bem menor entre os indígenas. No entanto, o artigo é um excelente exemplo da falta que faz o dado bem coletado e divulgado de maneira adequada, podendo ser considerado uma relevante fonte de informação no momento de discussão e planejamento do Censo Demográfico de 2020, endereçando questões importantes. A primeira diz respeito ao cuidado que se deve ter com a coleta da informação sobre a localização do cônjuge ou companheiro residente no domicílio e à necessidade de inclusão da localização do pai e da mãe, para permitir o melhor entendimento sobre os variados arranjos domésticos em um mesmo domicílio ou oca. Outra questão crucial a ser discutida refere-se à disponibilização de informações mais detalhadas sobre as etnias e Terras Indígenas na amostra e, conseqüentemente, nos microdados de uso público, conservando o sigilo e cuidados estatísticos tão caros aos produtores de dados.

O último artigo sobre povos indígenas traz o tema da fecundidade. Nele, **Laura L. Rodríguez Wong**, a partir de análises já realizadas com informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, inclui os dados de 2010 para avançar no entendimento da fecundidade da população que se autodeclara indígena, chamando a atenção para diferenciais urbanos e rurais. Os resultados mostram que a fecundidade das mulheres indígenas, principalmente as jovens, se encontra em patamar alto em comparação com as não indígenas, mas esta média da fecundidade da população indígena esconde o diferencial enorme entre as mulheres que moram nas áreas rural e urbana. A autora se pergunta quem seriam estas indígenas urbanas, com comportamento reprodutivo tão diferenciado, e o que faz com que elas tenham fecundidade mais próxima às não indígenas. A autora também faz um exercício de projeção do comportamento atual da fecundidade para inferir sobre a tendência futura da fecundidade indígena rural, chegando à conclusão de que esta também apresentará declínio nos próximos anos. Devido à grande diversidade da população indígena e aos diferentes comportamentos nas mais variadas etnias, é essencial que se possa ainda conhecer o comportamento reprodutivo das diversas etnias indígenas no país afora, utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010.

A nota de pesquisa e os pontos de vista apresentados nesta edição também fornecem importantes insumos para o planejamento para o próximo censo demográfico. **Nilza de Oliveira Martins Pereira** aborda as inovações introduzidas em 2010, relatando as discussões ocorridas até que se chegasse ao modelo utilizado neste último censo. Nos dois pontos de vista os autores mostram como de fato muitas das inovações realizadas ainda precisam de avanço. **Rosângela Morello** traz o tema das línguas brasileiras e a necessidade de analisar melhor aquilo que foi coletado em 2010, vencer os desafios de melhores formas de levantamento dos dados e, ao mesmo tempo, pensar como as políticas públicas, de posse destas informações, as incorporarão em suas ações, principalmente na área de educação. **Marden Barbosa de Campos** e **Bárbara Roberto Estanislau** nos lembram do desafio que é em uma pesquisa domiciliar nacional, como no caso do censo, coletar informações com uma linguagem única, com enormes problemas cognitivos. Ainda que

isso não seja exclusividade da população indígena, nesta os problemas de entendimento da pergunta feita pelo recenseador podem comprometer os resultados, por exemplo, em questões como idade e casamentos, entre outros temas que têm conotações e sistemas distintos nas diversas etnias.

Finalmente, este número traz duas resenhas. O livro *Antropologia e história Xavante em perspectiva*, organizado por Coimbra e Welch, que reúne traduções de artigos originalmente publicados em inglês, é comentado por Rosanna Dent. A autora chama a atenção para a importância da obra, que traz os resultados das pesquisas para o idioma mais próximo ao objeto de estudo, ou seja, a própria etnia Xavante. Por último, Santiago J. Molina comenta a importante contribuição de Loveman, no livro *National colors: racial classification and the state in Latin America*, que faz uma revisão histórica e analítica sobre o percurso seguido na inclusão de informações sobre identificação racial nos censos demográficos, apontando para as dificuldades metodológicas e as questões políticas envolvidas neste assunto.

Boa leitura!

Suzana Cavenaghi
Editora *Rebep*, 2013-2016